



Rio Sucuriú Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Sucuriú Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Sucuriú Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



Rio Sucuriú Energia S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Rio Sucuriú Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Rio Sucuriú Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	59.398	112.253	Fornecedores	259	482
Contas a receber de clientes (Nota 6)	11.695	8.284	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	10.395	161.198
Tributos a recuperar (Nota 7)	11.717	3.639	Salários e encargos sociais	1.347	1.181
Tributos diferidos (Nota 8)		2.209	Tributos a pagar	444	402
Partes relacionadas (Nota 12)	75	141	Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	19.768	17.643
Outros ativos	309	241	Partes relacionadas (Nota 12)	476	495
	83.194	126.767	Passivos de arrendamentos	347	327
			Outros passivos	169	106
				33.205	181.834
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	149.443	
Tributos a recuperar (Nota 7)	96	88	Partes relacionadas (Nota 12)		22.085
Partes relacionadas (Nota 12)	22.782		Passivos de arrendamentos	107	476
	22.878	88		149.550	22.561
			Total do passivo	182.755	204.395
Imobilizado (Nota 9)	71.222	73.631	Patrimônio líquido (Nota 14)		
Intangível (Nota 10)	15.232	17.145	Capital social	2.000	2.000
	109.332	90.864	Reservas de lucros	7.771	11.236
			Total do patrimônio líquido	9.771	13.236
Total do ativo	192.526	217.631	Total do passivo e patrimônio líquido	192.526	217.631

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Operações continuadas		
Receita líquida de vendas (Nota 15)	94.367	87.864
Custo da venda de energia elétrica (Nota 16)	(13.226)	(12.233)
Lucro bruto	<u>81.141</u>	<u>75.631</u>
Participação nos lucros de controlada (Nota 17)		3.519
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(5.171)	(4.423)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2)	(121)
Lucro operacional	<u>75.968</u>	<u>74.606</u>
Receitas financeiras (Nota 19)	49.546	51.734
Despesas financeiras (Nota 19)	(58.002)	(66.694)
Despesas financeiras, líquidas	<u>(8.456)</u>	<u>(14.960)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>67.512</u>	<u>59.646</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 20)	(19.768)	(17.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	(2.209)	(403)
Lucro líquido do exercício	<u><u>45.535</u></u>	<u><u>41.600</u></u>
Ações em circulação no final do exercício	11.884.563	11.884.563
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u><u>3,8314</u></u>	<u><u>3,5003</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	45.535	41.600
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>45.535</u>	<u>41.600</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2024	47.412	11.385	9.482	10.424		78.703
Aumento de capital (Nota 14 (a))	60.000					60.000
Cisão parcial com redução de capital (Nota 14)	(105.412)	(11.385)	(9.082)		(5.188)	(131.067)
Distribuição de dividendos (Nota 14 (b(ii)))				(10.424)		(10.424)
Lucro líquido do exercício					41.600	41.600
Destinação do lucro líquido do exercício						
Antecipação de dividendos (Nota 14 (c(i))) (R\$ 2,15 por ação)					(25.576)	(25.576)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 14 (b(ii)))				10.836	(10.836)	
Em 31 de dezembro de 2024	2.000		400	10.836		13.236
Distribuição de dividendos (Nota 14 (b(ii))) (R\$ 0,91 por ação)				(10.836)		(10.836)
Lucro líquido do exercício					45.535	45.535
Destinação do lucro líquido do exercício						
Antecipação de dividendos (Nota 14 (c(i))) (R\$ 3,21 por ação)					(38.164)	(38.164)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 14 (b(ii)))				7.371	(7.371)	
Em 31 de dezembro de 2025	2.000		400	7.371		9.771

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.512	59.646
Ajustes de		
Depreciação (Nota 9)	3.493	3.220
Amortização (Nota 10)	2.070	2.098
Participações em sociedade controlada (Nota 17)		(3.519)
(Ganho) perda de SWAP (Nota 11)	7.896	(15.510)
Apropriação de custo de captação (Nota 11)	163	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 11)	15.904	34.536
(Ganho) de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	(2.972)	(2.349)
Despesa com juros de arrendamento	46	23
Alienação de imobilizado (Nota 10)	32	
Variações do capital circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	(3.411)	3.931
Tributos a recuperar (Nota 7)	(10.355)	(2.641)
Outros ativos	(68)	41
Fornecedores	(223)	290
Salários e encargos sociais	166	110
Partes relacionadas (Nota 12)	66	(159)
Tributos a pagar	42	(139)
Outros passivos	64	37
Caixa gerado nas operações	80.425	79.615
Juros pagos (Nota 11)	(6.224)	(5.641)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.374)	(15.068)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	58.827	58.906
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado (Nota 9)	(1.039)	(1.111)
Adições ao intangível (Nota 10)	(234)	(209)
Partes relacionadas (Nota 12)	(22.801)	
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(24.074)	(1.321)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal (Nota 11)	(174.517)	
Aumento de capital		60.000
Pagamento de arrendamento	(396)	(190)
Partes relacionadas (Nota 12)	(22.085)	22.085
Liquidação de swap (Nota 11)	9.462	(14.340)
Pagamento de custo de captação (Nota 11)	(1.072)	
Captação de debêntures (Nota 11)	150.000	
Dividendos pagos	(49.000)	(36.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(87.608)	31.555
(Redução)/ Aumento de caixa e equivalentes, líquidos	(52.855)	89.141
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 5)	112.253	23.112
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 5)	59.398	112.253

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Rio Sucuriú Energia S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”), com sede em Recife-PE, tem como objetivo a produção e a geração de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico da pequena central hidrelétrica (“PCH”) denominada Buriti, localizada entre os municípios de Paraíso das Águas - MS e Chapadão do Sul – MS, para comercialização de energia elétrica nela gerada. A Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., companhia pertencente ao Grupo Cornélio Brennand e tem uma potência instalada de 30 MW.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através de sua Resolução nº 603, de 4 de novembro de 2002, autorizou a empresa BSB Energética S.A. antiga controladora da Companhia, a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH Buriti e, posteriormente, através da Resolução Autorizativa ANEEL no 35, de 31 de janeiro de 2005, permitiu a transferência da autorização para a Pouso Alto Energia S.A. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, a partir de 6 de novembro de 2002. A Companhia possui filiais em Cuiabá-MT, onde localiza-se o seu Centro de Operações de Geração; e Paraíso das Águas-MS, local da implantação da PCH Buriti.

A Companhia possui licença para operação (LO nº 179/2021) a qual foi expedida em 22 de novembro de 2021 e válida até 22 de novembro de 2027, a gestão da LO é realizada pela Companhia e sua renovação inicia seis meses antes da sua data de vencimento.

A energia gerada pela PCH Buriti foi negociada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia- PROINFA.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2026.

1.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 22.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) e, também, a sua moeda de apresentação.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1.3 Contratos de compra e venda de energia

A BSB Energética S.A., antiga controladora da Companhia, firmou, em 30 de junho 2004, contrato de compra e venda de energia elétrica com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, atualmente chamada de Axia Energia. O mencionado contrato prevê a venda mensal pela Companhia da energia gerada pela PCH Buriti, deduzidas as perdas até os pontos de entrega e o consumo próprio, até 24 de dezembro de 2026.

O preço contratado é reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP–M.

1.4 Contratos de conexão e uso do sistema de distribuição

Em 16 de junho de 2005, a Companhia firmou com a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição operado pela ENERSUL. Os mencionados contratos têm validade até a extinção da autorização para geração de energia elétrica pela Companhia ou a extinção da concessão da ENERSUL. A Companhia paga mensalmente à ENERSUL o encargo devido pelo uso do sistema de distribuição, o qual é calculado conforme determinado pela ANEEL. Durante o exercício de 2025, o montante pago pela Companhia foi de R\$ 1.447 (2024 – R\$ 1.377), registrado como custo da venda de energia elétrica (Nota 16).

1.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas ocorreram pela primeira vez, em 1º de janeiro de 2025:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impactos materiais esperados em suas operações ou demonstrações financeiras.

1.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A matriz energética brasileira é predominantemente composta por geração hidrelétrica, o que torna o atendimento à carga sensível às variações das condições hidrológicas tanto nas regiões onde a Companhia atua quanto em outras áreas do país. Essas oscilações influenciam diretamente a disponibilidade de recursos hídricos e, conseqüentemente, o comportamento dos preços de energia no mercado.

O período de maior precipitação, compreendido entre outubro e março — conhecido como período úmido — é fundamental para a recomposição dos reservatórios, garantindo condições adequadas para o atendimento da demanda ao longo dos demais meses do ano.

Em 2025, o regime hidrológico registrou o oitavo pior resultado desde 1931. Esse desempenho foi marcado pela frustração no início do período úmido de 2025/2026, a partir de outubro de 2025, ocasionando elevação dos preços projetados para 2026.

No âmbito operacional, a usina não é despachada de forma centralizada pelo ONS, o que faz com que sua geração esteja diretamente vinculada ao regime de chuvas da região onde está localizada. Por conta da deterioração das condições hidrológicas, a geração total em 2025 foi abaixo do esperado.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL n° 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução n° 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado porque entende que refletem os períodos durante os quais serão gerados benefícios econômicos pelos ativos.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). As opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque a Companhia pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

(d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre.

O processo de apuração da taxa utiliza referencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A taxa média aplicada para o arrendamento de direito de uso é de 4% a.a. para os escritórios e 4,62% a.a. para os veículos.

Essa revisão foi tratada como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 (IAS 8), sendo aplicada prospectivamente, sem reapresentação dos períodos comparativos.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório.

O programa de gestão de risco global da Companhia e sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	259	
Partes relacionadas (Nota 12)	476	
Passivos de arrendamentos	357	108
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	22.261	190.139
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	482	
Partes relacionadas (Nota 12)	22.580	
Passivos de arrendamentos	352	490
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	171.296	

(d) Risco Regulatório

As atividades da Companhia, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios de 2025 e 2024.

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	59.398
Contas a receber de clientes (Nota 6)	11.695
Partes relacionadas (Nota 12)	22.857
	<u>71.168</u>
Em 31 de dezembro de 2024	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	112.253
Contas a receber de clientes (Nota 6)	8.284
Partes relacionadas (Nota 12)	141
	<u>120.678</u>

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025	
Fornecedores	259
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	159.838
Passivos de arrendamentos	444
Partes relacionadas (Nota 12)	476
	<u>161.017</u>
Em 31 de dezembro de 2024	
Fornecedores	482
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	161.198
Passivos de arrendamentos	803
Partes relacionadas (Nota 12)	22.580
	<u>185.063</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos em banco e em caixa (i)	2.760	2.584
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	<u>56.638</u>	<u>109.669</u>
	<u>59.398</u>	<u>112.253</u>

Em 2025, a variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, basicamente, aos dividendos pagos no ano.

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. Apesar da forte geração de caixa no exercício, houve pagamento de dividendos no exercício no montante de R\$ 49.000.

6 Contas a receber de clientes

O saldo no montante de R\$ 11.695 (2024 – R\$ 8.284), referem-se a valores a receber pela geração e fornecimento de energia para os clientes os quais possuem contratos de compra e venda de energia junto à Companhia, conforme Nota 1.3.

A Companhia não constituiu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em virtude de não haver histórico de perda e por conter essencialmente valores recebíveis no prazo de 90 dias.

7 Tributos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Antecipação IRPJ (i)	9.461	2.029
Antecipação CSLL	2.242	1.097
Imposto de renda sobre aplicações financeiras		414
CSLL a restituir	101	91
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a restituir	<u>10</u>	<u>96</u>
	11.813	3.727
(-) Não circulante	<u>(96)</u>	<u>(88)</u>
Circulante	<u>11.717</u>	<u>3.639</u>

- (i) A variação do saldo refere-se aos impostos retidos sobre resgates de aplicações financeiras no ano de 2025.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias do imposto de renda e da contribuição social desses impostos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O resultado de imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.209, foi integralmente realizado no exercício de 2025 em decorrência da liquidação da dívida, conforme descrito na Nota 11 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	1.850	38.437	32.673	608	1		73.569	304	85	73.958
Transferências		67	245				312	(312)		
Aquisições	3	126	919	49			1.097	14		1.111
Reclassificação (i)	13	381	503			971	1.868		(85)	1.783
Depreciação (a)		(1.290)	(1.699)	(32)	(1)	(199)	(3.220)			(3.220)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>37.721</u>	<u>32.641</u>	<u>626</u>	<u></u>	<u>772</u>	<u>73.625</u>	<u>6</u>	<u></u>	<u>73.631</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	1.865	39.011	34.340	657	1	971	76.845	6		76.851
Depreciação acumulada		(1.290)	(1.699)	(32)	(1)	(199)	(3.220)			(3.220)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>37.721</u>	<u>32.641</u>	<u>626</u>	<u></u>	<u>772</u>	<u>73.625</u>	<u>6</u>	<u></u>	<u>73.631</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Saldo inicial	1.865	37.721	32.641	626		772	73.625	6		73.631
Transferências		(88)	296	(88)			120	(120)		
Aquisições		289	171	63	111		635	404		1.039
Reclassificação (i)		123				6	129	(55)	3	77
Alienações			(32)				(32)			(32)
Depreciação (a)		(1.345)	(1.746)	(36)	(1)	(365)	(3.493)			(3.493)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>36.700</u>	<u>31.330</u>	<u>565</u>	<u>110</u>	<u>413</u>	<u>70.984</u>	<u>235</u>	<u>3</u>	<u>71.222</u>
Em 31 de dezembro de 2025										
Custo	1.865	39.335	34.775	633	112	977	77.694	235	3	77.932
Depreciação acumulada		(2.635)	(3.445)	(68)	(2)	(564)	(6.710)			(6.710)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>36.700</u>	<u>31.330</u>	<u>565</u>	<u>110</u>	<u>413</u>	<u>70.984</u>	<u>235</u>	<u>3</u>	<u>71.222</u>
Taxas anuais média de depreciação		3,42%	5,02%	5,70%	0,89%	37,32%				

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(i) Reclassificação

Em 2025, o montante R\$ 77 (2024 – R\$ 1.783) refere-se a ajuste de classificação entre imobilizado e intangível.

(a) Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 3.249 (2024 – R\$ 3.022) (Nota 16), e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 244 (2023 - R\$ 198).

10 Intangível

	Ágio	Ext. Outorga Lei 14.182	Licença Ambiental e Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	6.994	11.539	1.082	19.615
Aquisições			209	209
Reclassificação (i)			(580)	(580)
Amortização (a)	(760)	(1.293)	(46)	(2.099)
Saldo contábil, líquido	<u>6.234</u>	<u>10.246</u>	<u>665</u>	<u>17.145</u>
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	19.848	14.447	1.194	35.489
Amortização acumulada	(13.614)	(4.201)	(529)	(18.344)
Saldo contábil, líquido	<u>6.234</u>	<u>10.246</u>	<u>665</u>	<u>17.145</u>
Em 31 de dezembro de 2025				
Saldo inicial	6.234	10.246	665	17.145
Aquisições			234	234
Reclassificação (i)			(77)	(77)
Amortização (a)	(760)	(1.293)	(18)	(2.070)
Saldo contábil, líquido	<u>5.474</u>	<u>8.953</u>	<u>805</u>	<u>15.232</u>
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	19.848	14.447	1.405	35.700
Amortização acumulada	(14.374)	(5.494)	(600)	(20.467)
Saldo contábil, líquido	<u>5.474</u>	<u>8.953</u>	<u>805</u>	<u>15.232</u>

(i) Reclassificação

Em 2025, o montante R\$ 77 (2024 – R\$580) refere-se a ajuste de classificação entre imobilizado e intangível.

(a) Amortização

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 1.310 (2024 - R\$1.299) (Nota 16), e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 760 (2024 – R\$800).

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição financeira	Modalidade	Taxa média a.a	Índice	Data Início	Vencto	Valor Contratado	2025			2024		
							Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Itaú	Lei nº 4.131	CDI + 1,98%	CDI	jun/22	jul/25	150.000				161.198		161.198
Bradesco	Debêntures	CDI + 1,15%	CDI	jul/25	jul/28	150.000	10.395	149.443	159.838			
Total dos empréstimos						300.000	10.395	149.443	159.838	161.198		161.198

(a) Itaú

A operação no mercado externo Lei 4.131, com proteção cambial, através de operação de swap, foi contratada para investimentos em projetos, os juros foram liquidados semestralmente a partir de janeiro de 2023 e o principal da dívida foi liquidado em 25 de julho de 2025, em parcela única.

(b) Banco Bradesco

Em 2025, ocorreu a primeira emissão de Debêntures Simples da Companhia não conversíveis em ações para investimentos em projetos, com juros pagos semestralmente a partir de janeiro 2026 e principal pago em parcela única em julho de 2028.

O contrato de financiamento na cláusula de Garantia prevê alienação fiduciária de ações, equipamentos e a cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças.

A Companhia monitora e acompanha as cláusulas restritivas do contrato de financiamento e está regular com todas suas obrigações em 31 de dezembro de 2025.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da dívida é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	161.198	164.503
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	150.000	
Pagamento de custo de captação	(1.072)	
Apropriação de custo de captação (Nota 19)	163	
(Ganho) ou perda de SWAP (Nota 19)	7.896	(15.510)
Juros incorridos (Nota 19)	14.242	5.838
Valor justo do SWAP (Nota 19)	(2.972)	(2.349)
Pagamento de juros	(6.224)	(5.641)
Variação cambial (Nota 19)	1.662	28.698
Liquidação SWAP	9.462	(14.340)
Pagamento de Principal	(174.517)	
Em 31 de dezembro	<u>159.838</u>	<u>161.198</u>

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2025</u>
2028	<u>149.443</u>
	<u>149.443</u>

12 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., com 100% das ações.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Honorários da diretoria	<u>72</u>	<u>81</u>
	<u>72</u>	<u>81</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(ii) Mútuos entre empresas

	<u>Ativo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rio Verde Energia S.A.		22.085
Solar do Nordeste Energia S.A.	22.782	
	<u>22.782</u>	<u>22.085</u>

Os saldos dos mútuos não sofrem atualização e não tem prazo de vencimento.

(iii) Outras transações

	<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atiaia Energia S.A.	57	135	367	410
Ical Vidros S.A.		6	46	55
Ical Agropecuária S.A.			37	7
Ical Participações S.A.			10	16
Cia Agrícola e Industrial São João				6
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	14		3	
Rio do Cedro Energia LTDA	4		4	
Outros			9	1
	<u>75</u>	<u>141</u>	<u>476</u>	<u>495</u>

Outras transações referem-se, essencialmente, a reembolsos e rateio das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

13 Provisão para contingências

A Companhia, com o apoio dos seus consultores jurídicos, realizou levantamento, avaliação e quantificação das ações cíveis, trabalhistas e tributárias e identificou que não há causas classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2025.

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são provisionados os valores envolvidos em ações de perda possível. O somatório de todas as ações de perda possível trabalhista em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 82.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social no montante de R\$2.000 (2024 – 2.000) é composto de 11.884.563 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, possuídas pela Atiaia Energia S.A.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro líquido, em virtude de o seu saldo total já ter atingido 20% do capital social em exercícios anteriores.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$400 (2024 – R\$ 400).

(ii) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal, destinação do dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através do ato societário. Durante o exercício de 2025, a Administração da Companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$ 10.836 (2024 – R\$10.424) e destinou para retenção de lucros o montante de R\$ 7.371 (2024 – R\$ 10.836).

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 50%, conforme disposto no artigo 202 da lei das sociedades por ações.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	45.535	41.600
Lucro distribuível - 50%	22.767	20.800
Antecipação de dividendos (i)	(38.164)	(25.576)
Dividendo mínimo obrigatório	<u> </u>	<u> </u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Em 31 dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não declarou dividendos mínimos obrigatórios por ter antecipado tais dividendos ao longo destes exercícios.

(i) Antecipação de dividendos

No exercício de 2025, a Companhia realizou antecipações de dividendos, conforme deliberado em atos societários de 23 de abril de 2025, em que autorizou a distribuição de R\$ 29.000; e 12 de novembro de 2025, em que autorizou a distribuição de R\$9.164. No exercício de 2024, a Companhia antecipou dividendos no montante de R\$25.576.

15 Receita líquida de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas	103.986	96.819
Impostos incidentes sobre vendas	(9.619)	(8.955)
	<u>94.367</u>	<u>87.864</u>

16 Custo da venda de energia elétrica

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação (Nota 9)	3.249	3.022
Amortização (Nota 10)	1.310	1.299
Salários e encargos sociais	4.688	3.988
Custo do uso do sistema de distribuição	1.447	1.377
Prestação de serviços de terceiros	812	825
Assistência médica e seguros	515	418
Locação de bens, imóveis e veículos	3	289
Viagens e combustíveis	255	209
Impostos e taxas	165	128
Outros custos	781	679
	<u>13.226</u>	<u>12.233</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

17 Participação nos lucros de controlada

O saldo no montante de R\$3.519 refere-se ao resultado da antiga controlada, a Paranatinga Energia S.A., apurado no período de 1º de janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2024.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., a qual faz parte de uma ampla reorganização societária do Grupo Econômico ao qual pertence, cuja finalidade foi simplificar procedimentos e reduzir custos administrativos, operacionais e fiscais.

(a) Movimentação dos investimentos

	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	127.549
Participação nos lucros de controladas	3.519
Cisão parcial (Nota 1.3)	(131.068)
Em 31 de dezembro	<u><u> </u></u>

(b) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Paranatinga Energia S.A.

A investida, com sede em Recife-PE, tem como atividade preponderante a produção e geração de energia elétrica mediante a exploração de potencial hidráulico situado no Estado do Mato Grosso. A controlada iniciou suas atividades operacionais em 12 de fevereiro de 2008 e após o início das operações passa a contar com uma potência total instalada de 29 MW.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A..

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários e encargos sociais	1.681	1.345
Depreciação	244	198
Amortização	760	800
Prestação de serviços de terceiros	911	739
Doações incentivadas	859	751
Assistência médica e seguros	187	157
Locação de bens, imóveis e veículos	44	24
Outros	484	410
	<u><u>5.171</u></u>	<u><u>4.423</u></u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas financeiras, líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com variação cambial	10.375	4.970
Ganho com operação SWAP	19.839	39.688
Receita com valor justo operação SWAP	6.708	5.243
Rendimentos de aplicação financeira	10.847	1.817
Outras receitas financeiras	1.778	16
Receitas financeiras	<u>49.546</u>	<u>51.734</u>
Perda com operação SWAP	(27.735)	(24.177)
Despesa com valor justo operação SWAP	(3.735)	(2.895)
Juros de financiamento	(14.242)	(5.838)
Despesa com variação cambial	(12.037)	(33.667)
Despesa com juros de arrendamento	(46)	(23)
Apropriação de custo de captação	(163)	
Outras despesas financeiras	(44)	(94)
Despesas financeiras	<u>(58.002)</u>	<u>(66.694)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(8.456)</u>	<u>(14.960)</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

20 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	67.512	59.646
Adições Temporárias	140.882	58.571
Adições Permanentes	5.038	6.323
Encargos de depreciação objeto de arrendamento mercantil	365	193
Despesas financeiros de objeto de arrendamento mercantil	46	23
Outras Despesas Não Dedutíveis	4.627	6.107
Total das Adições	145.920	64.894
Exclusões Temporárias	145.603	59.759
Exclusões Permanentes	7.117	10.579
Total das Exclusões	152.720	70.337
Lucro/Prejuízo Fiscal CSLL	60.639	54.192
Lucro Real após compensação Prejuízo Fiscal	60.764	54.272
CSLL 9%	5.458	4.877
IRPJ 15%	9.115	8.141
IRPJ Adicional 10%	6.052	5.400
Tota IRPJ antes deduções	15.167	13.541
(-) Doações incentivadas	(820)	(750)
(-) Outras deduções	(36)	(26)
Total IRPJ do Exercício	14.311	12.765
IR/CSL Diferido sobre diferenças temporárias	2.209	403
Carga Tributária Total IR/CSLL	<u>21.977</u>	<u>18.046</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas, em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía, em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, apólice de seguro de Risco Operacional contratada com terceiros, com as seguintes coberturas:

Coberturas	Limite Máximo de Indenização (LMI)
Danos materiais	102.136
Quebra de máquinas	15.000
Danos elétricos	15.000
Alagamento e inundação	15.000
Despesas extraordinárias*	2.000
Pequenas obras de engenharia*	5.000
Honorários de peritos*	1.000
Erros e omissões *	5.000
Despesas de salvamento e contenção de sinistros *	5.000
Remoção de entulho*	5.000
Demolição e aumento no custo da construção*	2.000
Afretamento de aeronaves*	500
Linha de Transmissão	3.000

*Previsto pagamento de franquia equivalente a 15% dos prejuízos, com o valor mínimo de R\$ 1.000, exceto itens destacados com asterisco cuja franquia possui condições específicas.

A Companhia possui também cobertura de seguros para Lucros Cessantes, com Limite máximo de Indenização de R\$ 92.918 e Seguro de Responsabilidade Civil com LMI de R\$ 15.000.

22 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

22.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

22.2 Ativos e passivos financeiros

22.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de provisão) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

22.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

22.4 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

22.5 Intangível

(a) Ágio

Representado pelo ágio pago pela Rio Sucuriú Energia S.A. na aquisição da participação acionária da Pouso Alto Energia S.A. (antiga denominação da Companhia), fundamentado por perspectiva de rentabilidade futura e foi originado em combinação de negócio que ocorreu antes da transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil (novos CPCs). O ágio é amortizado pelo prazo remanescente do direito à autorização.

(b) Extensão de outorga

Ao estender o prazo de concessão ou autorização das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão ou autorização, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020. Os resultados de extensão do prazo de autorização para a Companhia foram de 54 dias.

Como o cálculo prévio publicado em outubro de 2020 não considerava todos os parâmetros dados pela Resolução, o registro contábil decorrente da repactuação ocorreu apenas no exercício de 2021, a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, com o registro de acréscimo no ativo intangível e redução do custo de energia elétrica, no resultado. O intangível é amortizado pelo prazo de autorização da usina.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(c) Licença ambiental

Os valores despendidos para a obtenção da renovação da licença de operação são registrados no ativo intangível e são amortizados pelo prazo da concessão, quando a renovação é efetuada.

22.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração da Companhia entende que as vidas úteis definidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas para os seus ativos mais representativos da Companhia são apresentadas a seguir:

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Taxas anuais de depreciação - %
Casa de Força – Produção hidráulica	2,00
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,33
Reservatório, barragem e adutora	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Chave tensão igual ou superior a 69 Kv	3,33
Chave tensão igual ou inferior a 69 Kv	6,67
Disjuntor	3,03
Estrutura em LT – Torre	2,70
Reator	2,78
Sistema de aterramento	3,03
Transformador de força	2,86
Transformador de corrente/potencial igual ou superior a 69 Kv	3,33
Transformador de corrente/potencial igual ou inferior a 69 Kv	4,35
Transformador de potencial capacitivo ou resistivo	3,33
Para-raios	4,17
Administração central	
Equipamentos gerais	16,00
Veículos	14,29

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

22.7 Obrigações especiais

Os valores recebidos de sub-rogação de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC foram contabilizados como obrigações especiais e são apropriados ao resultado de acordo com a média de depreciação dos bens investidos no projeto aprovado pela ANEEL para construção da PCH.

22.8 Direito de uso

A Companhia possui ativos de direito de uso, relacionado a arrendamentos de veículos para a sua para a sua operação e aos escritórios.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa incremental.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI.

22.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A companhia não realiza operação de risco sacado com fornecedor.

22.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

22.11 Arrendamentos

A Companhia aluga veículos para a sua para a sua operação. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, utilizando a taxa incremental.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber.

22.12 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

22.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O reconhecimento da receita pela comercialização de energia elétrica ocorre em um determinado período de acordo com o cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos.

22.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

22.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

22.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

22.17 Alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"** para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários.

Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para a Companhia. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma 150 de 151 primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores rerepresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão rerepresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.
- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:
 - sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
 - estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 10 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *